

Cidadão poderá se comunicar com o Senado por meio das redes sociais

Serviço do Alô Senado, que hoje atende pelo telefone 0800 612211 e pela página do Senado na internet, planeja passar a se comunicar com os cidadãos pelo Twitter ainda neste semestre, e pelo Facebook no próximo

O USO DAS redes sociais na internet vai fazer diferença nesta nova legislatura. Grande parte dos senadores já as utiliza para se aproximar dos seus eleitores.

Pelo menos um projeto apresentado no ano passado – o PLS 111/10, que reinstalou a pena de detenção aos usuários de drogas e a possibilidade de substituição da pena por tratamento obrigatório – resultou de debates virtuais entre o senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

e seus seguidores pelo Twitter. Os veículos de comunicação da Casa também utilizam redes sociais para ampliar a divulgação do seu noticiário. Agora, o Alô Senado – que recebeu quase 130 mil chamadas e realizou mais de 940 mil atendimentos em 2010 – deve começar a atender pelo Twitter.

“Mas essa opção só será oferecida quando toda estrutura estiver montada e capacitada”, explica a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop),

Ana Lucia Novelli, ressaltando a responsabilidade de atender os internautas em nome da instituição. O desafio, acrescenta, é implantar o “atendimento 2.0”, um estágio mais avançado e dinâmico de interação.

A utilização do Twitter já está sendo testada desde janeiro em outra área da secretaria, o DataSenado, encarregado das enquetes e pesquisas de opinião pública. Para ter acesso, basta o usuário se cadastrar na

rede de relacionamento e seguir o perfil do DataSenado.

No segundo semestre, a Sepop pretende entrar no Facebook, que tem mais de 500 milhões de usuários, dos quais 31 milhões no Brasil. Outra novidade é aprimorar o recebimento de vídeos dos cidadãos direcionados aos senadores, pelo canal do Alô Senado no YouTube (www.youtube.com/user/federalsnd), aberto experimentalmente durante as eleições do ano passado.

DataSenado fará enquetes também por telefone

Nesta legislatura, os senadores poderão usar mais as enquetes feitas pelo DataSenado para subsidiar a apresentação de projetos de lei e a elaboração dos seus relatórios. Isso significa que o cidadão ganha mais um reforço para participar do processo legislativo. Outra novidade, segundo o coordenador do DataSenado, Valter Rosa, é que as enquetes passarão a ser feitas também pelo telefone. “Ao final de qualquer ligação para o Alô Senado, a pessoa será convidada a participar da enquete”, explica Rosa.

Essas sondagens rápidas podem funcionar como um termômetro das tendências favoráveis ou não a determinados projetos ou temas. E podem assegurar expressiva participação da sociedade. Um dos exemplos citados por Rosa foi a enquete realizada em dezembro de 2009, pouco depois que o projeto que regulamenta o ato médico retornou ao Senado (PLS 268/02), após nova versão aprovada na Câmara. Foram 545.625 votos, dos quais 62% a favor do projeto. O segundo nesse ranking foi o que torna crime o preconceito contra homossexuais (PLC 122/06), ainda em tramitação no Senado, que recebeu 465.326 votos, dos quais 52% contra, principalmente pela participação dos evangélicos.

Responsável também pelas pesquisas, o DataSenado inovou ao concentrar a coleta de opiniões no público-alvo. No ano passado, para conseguir avaliar as “Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil”, título da pesquisa que entrevistou 1.165 pessoas das 10.273 cadastradas pelo Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o DataSenado aplicou questionário eletrônico para os que têm deficiência física ou visual. E desenvolveu outro específico para os que têm deficiência auditiva, inclusive com vídeo elaborado pela TV Senado no qual a equipe de intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) da Casa apresentava as questões aos entrevistados.

Com esse diferencial, a pesquisa do DataSenado sobre violência doméstica está se tornando referência no mercado, segundo a diretora da Sepop, Ana Lucia Novelli. Em 2011, será a quarta de uma série que começou em 2005. Uma das ideias, informa ela, é avaliar a opinião das mulheres sobre as interpretações que vêm sendo dadas à Lei Maria da Penha em decisões judiciais que atenuam as punições aos agressores. O resultado dessa nova e primeira pesquisa de 2011 deverá ser divulgado em março, na data em que o Senado comemorar o Dia Internacional da Mulher, já que este ano o dia 8 de março será feriado de Carnaval.



Atendentes do Alô Senado estão sendo treinados e capacitados para a implantação do “atendimento 2.0”, estágio mais dinâmico de interação

Ana Volp/ Senado Federal

Canal viabiliza participação popular em projetos de lei

Alojado no alto da página da instituição na internet, o Alô Senado funciona como uma porta de entrada para o cidadão se comunicar com a Casa. Além de exibir o número 0800-612211, basta um clique para entrar no portal de notícias na área reservada à Sepop, preencher o formulário com sua solicitação – como sugestões, esclarecimentos e pedidos para algum senador, participar de enquetes e enviar vídeo pelo YouTube – ou navegar para conhecer outros serviços e informações disponíveis.

Uma delas é a seção que reúne as perguntas mais frequentes feitas ao Alô Senado (ver quadro à direita), que este ano deverá passar por uma reformulação, segundo a coordenadora da área, Sonibel Pastrana. “Ela vai reunir novas informações, ser mais ilustrativa e didática, para atrair os internautas”, explica. Desde 1997, quando foi implantado o serviço 0800, na época chamado de A Voz

do Cidadão – tornando-se, segundo Sonibel, o primeiro órgão do Legislativo brasileiro a colocar atendimento telefônico regular, gratuito e de âmbito nacional –, o Alô Senado vem sendo aperfeiçoado.

Com um quadro atual de 30 atendentes, o Alô Senado está hoje preparado para atender tarefas mais difíceis. Ainda predominam as chamadas telefônicas (80%, contra 20% pela internet), principalmente em função dos recados trocados entre ouvintes da Rádio Senado Ondas Curtas, que concentra sua audiência em zonas rurais e distantes onde não há correio ou internet e às vezes só telefone público.

O Alô Senado atua até mesmo no aperfeiçoamento das leis. Em 2010, 740 mensagens sugeriram mudanças no Código de Processo Civil, muitas das quais ajudaram a construir o projeto aprovado no final do ano passado e encaminhado à Câmara.

Glossário legislativo

Dúvidas mais frequentes recebidas pelo Alô Senado. A íntegra pode ser encontrada no endereço <http://migre.me/3LuHn>

→ O que é uma legislatura ?
Período de quatro anos, composto por quatro sessões legislativas.
→ O que é sessão legislativa ?
Tempo de trabalho parlamentar durante o ano. É dividida em dois períodos: o primeiro, de 2 de fevereiro, ou primeiro dia útil subsequente, a 17 de julho, e o segundo, de 1º de agosto a 22 de dezembro (Constituição federal, artigo 57; emendas constitucionais 19/98, 32/01 e 50/06).
→ Qual a duração do mandato de senador?
Oito anos, correspondendo a duas legislaturas.
→ Como se renova a composição do Senado Federal?
A renovação é parcial, a cada quatro anos. A regra alterna essa renovação em um terço e dois terços dos senadores. Na última eleição, de 2010, foram eleitos dois terços dos 81 senadores, ou seja, 54 representantes das unidades da Federação.
→ Quem dirige o Senado Federal?
A Mesa do Senado, composta pelo presidente, 1º e 2º vice-presidentes e quatro secretários. São indicados também quatro suplentes de secretários para substituir os titulares em caso de impedimento. Os senadores se reúnem em sessão preparatória para eleger os componentes da Mesa. A escolha é feita em votação secreta, por maioria de votos, presente a maioria dos senadores e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa (Regimento Interno do Senado, artigos 3º e 46).
→ Qual é a duração do mandato da Mesa ?
Dois anos (Constituição federal, artigo 57, parágrafo 4º, e Regimento Interno do Senado, artigo 59).
→ O que são as comissões parlamentares do Senado?
Órgãos técnicos de apoio ao processo legislativo. São formadas por senadores e se destinam, principalmente, a examinar e emitir relatórios a respeito dos projetos de lei em tramitação na Casa. Podem ser permanentes, temporárias e especiais. Entre as temporárias, destacam-se as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que têm por objetivo a apuração de denúncias e irregularidades (Constituição federal, artigo 58).

Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop)

Saiba mais

Secretaria de Pesquisa e Opinião
<http://migre.me/3MO44>

Respostas rápidas (íntegra)
<http://migre.me/3MO4J>

Projetos mais solicitados
<http://migre.me/3MO5V>

Íntegra do PLS 111/10
<http://migre.me/3MO6r>

A comunicação do Senado no Twitter
@Agencia_Senado, @JornalDoSenado, @TvSenado, @RadioSenado e @VoceNoSenado

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL